

## **Sociedade Portuguesa Contemporânea 41056**

### **Orientações para o estudo**

#### **PARTE II. Para conhecer a sociedade portuguesa: conhecimento empírico, descrição e interpretação**

#### **Tema 4. Organização política: queda do Estado Novo, o Portugal democrático e a integração europeia – Semana 2**

Nesta segunda semana dedicada ao tema 4 da parte II do programa desta unidade curricular focar-nos-emos no subtema 4.3. Estado e democracia – aspectos políticos e administrativos, ainda que os dois textos que deverão ler forneçam também informação pertinente para os subtemas 4.1 (“Diáspora, Estado Novo, e queda do Regime”), 4.2 (“Descolonização”) e 4.5. (“Cidadania e qualidade da democracia”). Na próxima semana, a última dedicada ao tema 4, será disponibilizada bibliografia para o subtema 4.4 (“Portugal e União Europeia”), bem como orientações detalhadas para o seu estudo.

Ambos os textos que deverão ler esta semana se focam em características centrais da política portuguesa pós-1974. Ainda que abordando questões distintas e com posicionamentos políticos diferentes, quer Braga da Cruz, quer Campos *et al.*, apresentam interpretações críticas de problemas estruturais da política nacional.

O texto de Braga da Cruz (2017) explica o processo histórico conflitual que resultou na actual forma razoavelmente estabilizada do sistema jurídico-político-administrativo português pós-1974. Particular relevância é dada ao jogo de forças e cedências entre partidos políticos e o Movimento das Forças Armadas (MFA) durante o Processo Revolucionário em Curso (PREC). Foi desta interacção conflitual que resultaram as primeiras eleições livres após da revolução, a constituição de 1976 (que revogou a Constituição corporativa de 1933) e a revisão constitucional de 1982. Foi, sobretudo, após esta revisão constitucional que o sistema jurídico-político-administrativo português assumiu a sua forma actual, que assenta em dois órgãos eleitos por sufrágio universal directo: a Assembleia da República e o Presidente da República.

Para além deste relato histórico – e, de algum modo, decorrente dele – Braga da Cruz tece algumas considerações sobre os problemas contemporâneos deste sistema jurídico-político-administrativo, nomeadamente, o afastamento mútuo entre partidos políticos (e, logo, as estruturas burocrático-estatais) e os eleitores. Não constando do texto de Braga da Cruz, este afastamento é, em grande medida, o resultado daquilo que Manuel Villaverde Cabral (2001, 2003) analisou recorrendo ao conceito de “distância ao poder”. Para Villaverde Cabral, este conceito expressa a diferença entre a forma como os sujeitos consideram que o poder deveria ser exercido e o modo como consideram que este é *de facto* exercido. Inerente a este conceito é o receio dos sujeitos inquiridos manifestarem que discordam do modo como o poder é *de facto* exercido pelos sujeitos com funções governamentais, indicando que mesmo em situações nas

quais os primeiros discordam da acção dos segundos sentem que não podem expressar a sua opinião. Segundo Villaverde Cabral, a sociedade portuguesa regista níveis elevados de distância ao poder.

A interpretação deste facto não pode deixar de ser, pelo menos, em parte, política: há falta de uma cultura cívica participativa em Portugal, falta essa que foi activamente incentivada durante o Estado Novo e, ainda que de formas diferentes, é também promovida hoje pelas estruturas político-partidárias (não obstante pontuais iniciativas tais como a implementação de orçamentos participativos de alcance limitado). Não se trata, portanto, de atribuir responsabilidades por isto a cidadãos apáticos – aqueles, por exemplo, que se abstêm de modo recorrente em vários tipos de eleição de representantes políticos – mas, antes, de compreender que as características estruturais, histórico-político-culturais, da sociedade portuguesa em geral, e do sistema jurídico-político-administrativo, tornam, pelo menos em parte, compreensível que diversos cidadãos sintam que as estruturas político-partidárias não se importam *de facto* com eles, logo, não os representam *de facto* do modo como tal ocorre *de jure*.

Apesar de compreensível, é importante ter também presente que o sentimento de “distância ao poder”, qual Janus, tem dupla face – mesmo quando não leva à mais extrema apatia. Por um lado, este sentimento pode levar à exploração de formas alternativas de comportamento político, paralelas às ou mesmo desligadas das estruturas político-partidárias representativas e assentes em solidariedades de outros tipos (*e.g.*, manifestações, associação formalizada ou não de cidadãos que enfrentam problemas de forma directa tentando contornar a mediação das estruturas políticas formais). Apesar da sua heterogeneidade, estas alternativas são, em geral, reivindicações pró-democráticas que acusam o sistema jurídico-político-administrativo e político-partidário formal de não ser suficientemente democrático. Por outro lado, a distância ao poder pode também aumentar os riscos de instrumentalização propagandista por movimentos anti-democráticos de cariz autoritário e/ou populista que se apresentam como solução para estes problemas – ainda que, chegados a posições de representação política formal, tendam a revelar não só os mesmos jogos de interesses político-económicos que criticam como também a mostrar-se arrasadoramente incompetentes na gestão jurídico-político administrativa em que, ao serem eleitos, aceitam participar.

O texto de Adriano Campos *et al.* (2015) trata de um problema concreto da contemporaneidade da sociedade portuguesa e, em particular, do sistema jurídico-político-administrativo ao qual o texto de Braga da Cruz apenas alude *en passant*: as ligações entre elites económicas e representantes políticos eleitos. Estas ligações não são novas em Portugal, ainda que assumam hoje formas distintas das que assumiam durante o Estado Novo. Portanto, ao contrário de certos discursos sensacionalistas e/ou populistas, estas ligações não se devem a uma qualquer propensão para a corrupção, para o clientelismo, *etc.*, específica das democracias liberais representativas, sendo argumentável que elas são uma característica inerente a uma

sociedade de tipo capitalista e, de modo mais amplo, a modelos de sociedade assentes em estruturas hierarquizadas e profundamente desiguais de autoridade e privilégio.

Reforçando esta ideia de falta de originalidade portuguesa no tocante às relações entre elites, devemos ter em mente que múltiplas investigações foram levadas a cabo desde o século XX sobre o mesmo problema noutros Estados-nação. Logo em 1848, nas páginas de *O manifesto comunista*, Marx e Engels afirmaram que “o executivo do Estado moderno não é mais do que uma comissão para administrar os negócios colectivos de toda a classe burguesa” (2004: 63). Já na segunda metade do século XX, Louis Althusser (s.d.) desenvolveu estas considerações marxistas nas suas reflexões sobre os aparelhos ideológicos (*e.g.*, a escola, a comunicação social pública) e repressivos (*e.g.*, o exército, a polícia) do Estado pelos quais este visa defender os interesses do capital. No mesmo período, em França, os estudos de Pierre Bourdieu (Bourdieu, 2010; Bourdieu e Passeron, 1970) sobre a reprodução social deixam clara a partilha de formas de vida entre elites e o seu fechamento em relação a outras categorias sociais. Nos Estados Unidos da América, em meados do século XX, as ligações entre elites económicas e políticas ficaram claras na análise da “elite do poder” dos Estados Unidos da América, que associa elites económicas, políticas e militares, levada a cabo por Charles Wright Mills (1975), bem como em estudos de caso locais tais como o levado a cabo por Floyd Hunter (1953). Muitos outros estudos poderiam ser referidos.

Como Bourdieu e Mills deixam claro, ao contrário do que é postulado por algumas pesquisas marxistas demasiadamente simplificadas ou por algumas teorias da conspiração, as ligações entre elites e a acção estatal de protecção dos interesses das elites económicas não se devem a um plano instrumental desenvolvido nas sombras por uma elite homogénea que usa o Estado a seu bel-prazer. Antes, as elites – sempre plurais, nunca no singular – e cada um dos seus membros têm interesses muitas vezes, mas nem sempre, convergentes e partilham formas de vida que levam a que tenham interesse em coordenar as suas acções – mesmo que apenas de modo implícito e, frequentemente, sem discussão prévia – de modo manter (ou aumentar) o *status quo* da divisão social de privilégios, assim garantindo a manutenção da sua própria posição individual ou colectiva privilegiada. Isto é reforçado pela naturalização de certos modos de compreender o mundo e de nele agir que tais como a justiça e necessidade de desigualdades, de hierarquias, de estruturas jurídico-político-administrativas formais, de partidos políticos que fazem a mediação entre as estruturas anteriores e a esmagadora maioria da população, da concorrência mercantil e da posse desigual de riqueza como elementos incontornáveis, e mesmo desejáveis, das sociedades modernas. Na medida em que, ao serem disseminadas e naturalizadas entre diferentes classes sociais, estas crenças reforçam o *status quo* de distribuição de privilégios, isto contribui para cada indivíduo de cada elite concreta (política, económica, *etc.*) ter interesse – consciente ou não – em reforçá-las, assim contribuindo para manter a sua própria posição privilegiada, logo, de forma global, contribuindo para manter a forma da estratificação social e para proteger os interesses de todas as (diferentes) elites.

Ainda que não exista um plano único nas sombras, bem como apesar das ligações entre elites político-partidárias e económicas antecederem e ultrapassarem a sociedade portuguesa posterior a 1974, estas ligações são, sem dúvida, uma característica marcante da contemporaneidade nacional. É, precisamente, disto que Campos *et al.* (2015) nos dão conta no seu texto. Tendo levado a cabo um investigação longitudinal que teve como universo os 776 indivíduos que ocuparam cargos de ministro ou secretário de Estado em qualquer um dos executivos governamentais em funções entre 1976 e 2013, os autores concluem que a passagem por um destes cargos governamentais têm uma elevada probabilidade de resultar na mobilidade social ascendente dos ex-governantes. Dito por outras palavras: ao passarem por um cargo de relevo num executivo governamental nacional, os indivíduos intensificam e/ou desenvolvem novos contactos com membros das elites económicas nacionais, desenvolvendo muitas vezes as suas funções governamentais de modos que contribuem para manter o privilégio dos membros destas elites; ao terminarem o desempenho das suas funções governamentais, muitos destes ex-governantes melhoram a sua situação económica ao ganharem eles próprios um lugar numa elite económica enquanto empresários ou detentores de posições de gestão/administração de grandes grupos empresariais.

Convém precisar que, de acordo com a investigação de Campos *et al.*, é estatisticamente bastante mais significativo o percurso descrito (*i.e.*, ex-governantes que, saindo de um executivo governamental, passam a ocupar posições empresariais de elite) do que a chegada de indivíduos já ligados a grandes grupos empresariais a uma posição com funções de governação num executivo governamental. Portanto, em Portugal, a passagem por cargos políticos de relevo é, sem dúvida, uma porta para vários indivíduos entrarem numa elite económica; mas, de acordo com os dados deste estudo, é menos significativa a entrada num executivo governamental (como ministro ou secretário de Estado) de sujeitos que pertenciam *a priori* a elites económicas. Dito por outras palavras: os grandes grupos empresariais mobilizam menos recursos para que membros de elites económicas ocupem posições de ministro ou de secretário de Estado do que mobilizam recursos para desenvolver relações de proximidade com os sujeitos que ocupam ou ocuparam tais posições governamentais. Estas tendência verificam-se, aliás, não exclusivamente, mas também, nos casos de indivíduos que foram ministros ou secretários de Estado de executivos governamentais responsáveis pela privatização de empresas públicas, que se tornaram propriedade privada de grandes grupos económicos.

Mesmo que as ligações apriorísticas a elites empresariais sejam menos significativas entre os ex-governantes inquiridos, as elites políticas nacionais alimentam-se de outras elites (não económicas), nomeadamente, de elites educacionais. A maioria dos ex-ministros e ex-secretários de Estado detinham um grau académico no ensino superior quando iniciaram o desempenho das suas funções governamentais, indicando que a mediação que os partidos realizam entre a população portuguesa e as estruturas jurídico-político-administrativas formais levanta

(intencionalmente ou não) barreiras ao desempenho de funções políticas representativas aos elementos das classes populares e pobres.

A descrição de Campos *et al.* apresenta também uma imagem nítida das diferenças entre a actual ideologia neoliberal (que, de modos mais ou menos abertos, orientou a acção governamental de todos os executivos governamentais nacionais desde o final do século passado) e o funcionamento prático do neoliberalismo. Não obstante a defesa teórica de afastamento do Estado da arena económica, devendo este tornar-se apenas num facilitador da actividade mercantil privada, na prática, tal como ocorre noutras expressões do capitalismo, o Estado é um actor fundamental no processo de acumulação económica, não podendo esta última ocorrer sem a garantia estatal de protecção e privilégio jurídicos e, por vezes, informais. Esta realidade de um Estado neoliberal activamente empenhado em promover a lógica mercantil e o privilégio de elites, que está nos antípodas do Estado mínimo postulado por vários teóricos neoliberais, está, de resto, amplamente estudada (*cf.*, por exemplo, Foucault, 2010; Harvey, 2005).

Se juntarmos a tudo isto o sentimento de distância ao poder, o papel de mediação desempenhado pelos partidos políticos entre os eleitores e as estruturas jurídico-político-administrativas, e o crescente afastamento da maioria das população portuguesa das estruturas partidárias, fica clara uma imagem de ascensão social pela vida político-partidária activa que é inextricável da reprodução social das elites – que se mantêm enquanto categoria social privilegiada e, relativamente, fechada mesmo com a entrada dos novos membros provenientes de anteriores executivos governamentais.

### **Bibliografia utilizada nestas orientações ao estudo**

Althusser, Louis (s.d.), *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. Lisboa: Presença. Ed. Orig. 1970.

Bourdieu, Pierre (2010), *A distinção. Uma crítica social da faculdade do juízo*. Lisboa: Edições 70. Ed. Orig. 1979.

Bourdieu, Pierre; Passeron, Jean-claude (1970), *La reproduction. Éléments d'une théorie du système d'enseignement*. Paris: Les éditions de minuit.

Cabral, Manuel Villaverde (2001), "Autoritarismo de Estado, "distância ao poder" e "familismo amoral". Uma pesquisa em curso", in A. Cohn, A. Camargo, B. S. Santos (orgs.), *Brasil-Portugal entre o passado e o futuro. O diálogo de 500 anos (Actas do Congresso Brasil-Portugal Ano 2000. Secção de Sociologia & Antropologia)*. Rio de Janeiro: EMC, 403-427.

Cabral, Manuel Villaverde (2003), "O exercício da cidadania política em perspectiva histórica (Portugal e Brasil)", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 18 (51), 31-60.

Campos, Adriano *et al.* (2015), "Representantes e dominantes. Os governantes e as relações de classe em Portugal", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 108, 55-74.

Cruz, Manuel Braga da (2017), *O sistema político português*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 9-16.

Foucault, Michel (2010), *Nascimento da biopolítica*. Lisboa: Edições 70. Ed. Orig. 2004.

Harvey, David (2005), *Neoliberalismo. História e implicações*. São Paulo: Loyola.

Hunter, Floyd (1953), *Community Power Structure. A study of decision makers*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press.

Marx, Karl; Engels, Friedrich (2004), "Manifesto do partido comunista", in Manuel Braga da Cruz (org.), *Teorias Sociológicas. Os Fundadores e os Clássicos. Vol 1*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 61-71. Edição original 1848.

Mills, C. Wright (1975), *A elite do poder*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor. Ed. Orig. 1956.

Para realizar o estudo dos subtemas do tema 4 da Parte II do programa curricular que serão abordados esta semana, deverá ler os textos indicados de seguida.

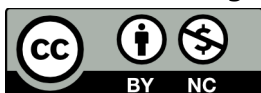
Cruz, Manuel Braga da (2017), *O sistema político português*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 9-16.

Campos, Adriano *et al.* (2015), "Representantes e dominantes. Os governantes e as relações de classe em Portugal", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 108, 55-74.

Tenha em mente que os materiais de apoio ao estudo disponibilizados não substituem a leitura dos textos acima indicados.

Como actividade formativa opcional (não avaliada), procure resumir as principais ideias do texto indicado como bibliografia obrigatória. Partilhe as suas dúvidas e comentários interpretativos (ancorados na bibliografia e não, meramente, comentários de senso comum) no fórum da UC para serem discutidos com a equipa docente e os/as colegas.

Este texto foi preparado por João Aldeia para o ano lectivo 2023/2024 da unidade curricular Sociedade Portuguesa Contemporânea 41056.



<http://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>